

HIGO ARAÚJO BEZERRA

Advogado da União | OAB-CE nº 26.979

Brasília/DF • higoaraujo@gmail.com

RESUMO PROFISSIONAL

Advogado da União com mais de 9 anos de experiência em Direito Público, atuando desde 2017 na Advocacia-Geral da União em funções de coordenação jurídica e, desde 2026, na coordenação de projetos de inovação da Procuradoria-Geral da União.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharelado em Direito – Universidade Federal do Ceará (UFC), 2012
- Pós-Graduação em Direito Público – Faculdade Arnaldo, 2020

CURSOS EXTRACURRICULARES

- Inglês – nível básico, Casa de Cultura da Universidade Federal do Ceará (UFC)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Advocacia-Geral da União (AGU)

Advogado da União | janeiro de 2017 – atual

- Atuação na Procuradoria da União no Amazonas, com exercício do encargo de Coordenador Jurídico Substituto por aproximadamente três anos.
- Integrante do Núcleo Estratégico em Execuções da Coordenação-Regional de Servidores Cíveis da Procuradoria-Regional da União da 1ª Região (2021–out./2023), com exercício do encargo de Substituto Eventual de Coordenador Adjunto.
- Coordenador Regional Adjunto e Substituto de Coordenador Regional na Coordenação-Regional de Servidores Cíveis da Procuradoria-Regional da União da 1ª Região (out./2023 – out./2025).
- Coordenador de Projetos de Inovação – Procuradoria-Geral da União (PGU) - fevereiro de 2026 – atual

Advocacia Privada

Advogado | 2012 – 2016

- Elaboração de peças processuais e pareceres jurídicos.
- Estudo e análise de casos práticos e teóricos.
- Acompanhamento processual em todas as fases.
- Pesquisa e atualização constante em doutrina e jurisprudência.
- Atuação em audiências judiciais.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- "Os aspectos da responsabilidade civil estatal referentes aos danos em áreas de risco" – Boletim Conteúdo Jurídico nº 672, 06/08/2016.
- "Considerações introdutórias acerca do direito fundamental à moradia no Brasil e no mundo" – Boletim Conteúdo Jurídico nº 670, 04/08/2016.
- "A responsabilidade civil do estado por atos omissivos e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema" – Boletim Conteúdo Jurídico nº 666, 30/07/2016.

Brasília/DF, 20 de agosto de 2026.